



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010665-41.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **CARLOS DE LIMA**
 Requerido: **Positivo Informática Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

A ré é revel.

Citada regularmente (fl. 09), ela não apresentou contestação e tampouco justificou sua inércia (fl. 10), de modo que se presumem verdadeiros os fatos articulados pelo autor.

Já os documentos que instruíram o relato exordial confirmam a aquisição do produto em apreço, não sendo exigível que o autor se deslocasse para outra cidade a fim de entregá-lo pessoalmente à assistência técnica.

A ré não disponibilizou sequer o código postal que permitiria o envio da mercadoria pelo correio, além de não oferecer qualquer justificativa para tanto.

A situação posta a análise evidencia que se aplica à hipótese vertente a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor, porquanto o problema detectado não foi sanado no trintídio por responsabilidade exclusiva da ré.

A autora faz por isso jus à devolução do valor da compra.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.420,80, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retomar a posse do produto que se encontra com o autor, mas se não o fizer nesse período poderá o autor dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**